

O Senado ouve os credores estrangeiros

ESTADO DE SÃO PAULO

22 AGO 1990

Há que se louvar a iniciativa do Senado de convidar representantes de bancos estrangeiros credores para participar, como conferencistas, do seminário ali promovido sobre o tema da dívida externa. Devendo a Câmara Alta, por força da Constituição, aprovar qualquer acordo com os credores (o que deverá agravar nossas dificuldades para que a ele se chegue), cumpria conhecer diretamente a opinião desses banqueiros, que o nosso governo vem tratando com certa displicência. A escolha dos convidados não poderia ter sido melhor: foram eles o principal credor, o presidente do Citicorp, John Reed, e um dos maiores, Eisho Matsumoto, representante do Banco de Tóquio, isto é, de um país que tem capitais disponíveis. A lamentar apenas que a presença dos senadores no seminário tivesse sido tão escassa: no confronto dos credores com o negociador brasileiro da dívida externa, embaixador Jório Dauster, teriam tido uma *avant première* das dificuldades que nos esperam numa renegociação tão mal encaminhada.

Os bancos credores deixaram bem claro que, antes de qualquer renegociação, cumpre ao Brasil pagar, ainda que simbolicamente, parte dos juros atrasados. Pode-se entender sua preocupação diante do anúncio do governo, semanas atrás, de que, para não desequilibrar nossas finanças públicas, somente disporia, para tal pagamento, de um bilhão de dólares, justamente o valor que deveremos pagar a mais para nossas importações de petróleo, em razão da crise do Oriente Médio. Nem isso poderá o Brasil oferecer aos seus credores para cobrir atrasos, que hoje superam seis bilhões de dólares, soma que no final do ano será ainda muito maior?

Trata-se de questão implícita para os representantes dos bancos credores, e não explícita, por se saber que não ficariam satisfeitos com quantia tão reduzida. A essa exigência, o embaixador Jório Dauster respondeu com uma frase sibilina: "Os juros atrasados são um bloco de gelo que pode provocar um desastre na negociação". Entende nosso diplomata ser tarefa dos credores

pedir aquilo a que têm direito, mas, na realidade, não dispõe o País de recursos para honrar seus compromissos...

Na sua defesa do Brasil, foi ajudado pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Antônio Cláudio Sochaczewski, que, apresentando ao seminário uma simulação do serviço da dívida externa para os próximos oito anos, mostrou que até lá deveremos pagar em juros e amortizações, para um débito de 99,3 bilhões de dólares neste ano, uma quantia de 105,4 bilhões, terminando o exercício de 1998 com uma dívida que somaria ainda 47,4 bilhões, e isso, naturalmente, na esperança de que não ocorra um choque de juros...

São dados que certamente muito impressionaram o Senado, o mesmo Senado que nos anos 50, quando se discutia a lei sobre o capital estrangeiro, defendia a idéia de que seria muito melhor recorrer a empréstimos que receber investimentos diretos do Exterior. Todavia, nossa contabilidade primária nunca pensou em opor a esses débitos as receitas que normalmente de-

veriam decorrer de obras que os empréstimos permitissem, como se uma usina como Itaipu não oferecesse retorno...

Foi justamente a tese que os representantes dos bancos credores procuraram defender no seminário. Honrar as dívidas sempre foi vantajoso para os devedores, conforme mostra claramente o exemplo do México. Pagando-se os juros, cria-se clima favorável a acordos, os quais permitem diversas opções e oferecem condições para que se adaptem os pagamentos devidos à situação real do país, sem que se caia numa inflação destrutiva. Mas o fato mais interessante é que, ao respeitar engajamentos, a nação devedora consegue obter recursos novos, tanto sob forma de empréstimos quanto de investimentos diretos. Há anos temos aplicado o calote em nossa dívida externa, mas ainda assim não evitamos a recessão. Teria sido oportuno convocar ao seminário representantes do México e do Chile: eles poderiam explicar como pagando — e recebendo mais — puderam também crescer, graças a investimentos diretos.